

FONTE : CBCLASS. : 08DATA : 14 03 20PG. : 15

Amazonino institui seis áreas para preservação

MANOEL LIMA
Correspondente

Manaus — O governador Amazonino Mendes criou ontem seis áreas de florestas nativas para preservação ambiental no Amazonas, com 100 mil quilômetros quadrados de extensão, procurando com isso fortalecer os seus projetos de desenvolvimento junto ao Banco Mundial, que exigiu para liberar os recursos que o governo do Estado apresentasse projetos de cunho ambientalista.

As futuras unidades de conservação ambiental, como são designadas as seis áreas pelo decreto que as criou, se somarão a outras definidas pelo Governo Federal como reservas indígenas e florestas nacionais, que, somadas, atingem a uma área global de aproximadamente 270 quilômetros quadrados, correspondendo a países como Itália, Japão, Holanda, Bahamas, El Salvador, Austria, Hong Kong, Nova Caledônia, Israel, Kwait, Dinamarca e Irlanda do Norte.

A intenção do governador Amazonino Mendes ao criar as unidades de conservação ambiental é dotar o Amazonas de áreas definidas para estudos científicos sobre os ecossistemas da Amazonia, transformando-as em ponto de partida para as pesquisas que serão realizadas pelos pesquisadores que integrarão o quadro docente da futura Universidade do Trópico Úmido, um projeto concebido pelo governo amazonense.

Localizando-se em regiões estratégicas de florestas nativas, ainda intactas, as unidades de conservação poderão vir a ser administradas por entidades não governamentais.

O objetivo maior contudo da criação dessas áreas é o estudo e aprofundamento dos conhecimentos científicos sobre a natureza ecológica da região. No alto Rio Negro, o decreto do governador Amazonino Mendes criou duas unidades de conservação ambiental com esse objetivo. A do Parque Estadual da Serra do Aracá, com 18,1 mil quilômetros quadrados, no município de Barcelos, e a da reserva biológica do Morro dos Seis Lagos, no município de São Gabriel da Cachoeira, onde foi descoberta a maior jazida de nítio do mundo, com 2,8 bilhões de toneladas.

Foram criadas ainda a Estação Ecológica de Mamirauá, na região do Vale do Rio Japurá; no Alto Solimões, a do Lago Ayapuá, no Vale do Rio Purus, um dos mais piscosos da região, e de Nhamundá, no Baixo Amazonas. As áreas do Lago do Ayapuá e de Nhamundá servirão basicamente para a preservação e o turismo ecológico, enquanto que a de Mamirauá servirá para estudos sobre as diversidades dos ecossistemas. O Instituto do Meio Ambiente do Amazonas (IMA) terá dois anos para definir a medição e demarcação das unidades de conservação ambiental, para materializar as linhas não definidas pelos acidentes geográficos limítrofes.